

21 A 25 DE ABRIL DE 2025



CONGRESSO
NAMIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 19

21 a 25 de Abril de 2025



FENAJUD

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📢 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No Executivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe, nesta terça-feira (22), o presidente do Chile, Gabriel Boric, em visita de Estado. O encontro celebra oficialmente o Dia da Amizade Brasil-Chile, instituído em 2023, comemorando os laços diplomáticos firmados em 22 de abril de 1836. Além disso, Lula tem viagens previstas a Rondônia e ao Pará para anunciar e entregar investimentos em educação, habitação e agricultura familiar, no âmbito do programa Terra da Gente. No entanto, essas agendas podem ser revistas, pois o presidente avalia deslocar-se a Roma nos próximos dias, em razão da morte do Papa Francisco, ocorrida nesta segunda-feira (21).

No Congresso Nacional, os trabalhos legislativos são retomados após o esvaziamento provocado pela Semana Santa. Está prevista para esta terça-feira (22), a instalação de três comissões mistas no Congresso Nacional para análise de Medidas Provisórias (MPs). Com destaque, a instalação da Comissão Mista que analisará a [MPV 1.292/2025](#), referente ao crédito consignado no setor privado.

Na Câmara, destacam-se as reuniões deliberativas da CFT e da CVT, previstas para esta terça-feira (22) e quarta-feira (23). As comissões analisarão, respectivamente, propostas sobre **o porte de armas para oficiais de justiça e o livre estacionamento durante diligências**. No Plenário, o foco está em quatro **projetos que tratam da criação e transformação de cargos no Poder Judiciário**, além da apreciação da pauta remanescente.

No Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), poderá votar na quarta-feira (23), a [PEC 12/2022](#), que propõe o fim da reeleição para cargos do Executivo e a instituição de mandatos com duração de cinco anos. A proposta faz parte do debate sobre possíveis mudanças no sistema eleitoral brasileiro.

No Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, por meio de sua Primeira Turma, realiza sessões decisivas nesta semana. Entre os temas, está a análise da segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra acusados de tentativa de golpe de Estado. Também volta à pauta o julgamento da cabeleireira Débora dos Santos, que, em 8 de janeiro de 2023, pichou com batom a estátua em frente ao STF.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera projetos que criam novos cargos no Judiciário Federal:

Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana projetos de lei que dispõem sobre a criação de novos cargos no Poder Judiciário Federal. Os projetos estão na pauta do Plenário, que terá sessões a partir desta terça-feira (22), às 13h55. São estes:

- [PL 769/2024](#), de autoria do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal;
- [PL 4303/2024](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que transforma cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente do Superior Tribunal de Justiça;
- [PL 1/2025](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de oito varas federais no Estado de Santa Catarina, a transformação de cargos de juiz federal substituto na Justiça Federal da 4ª Região e a criação de cargos de juízes federais;
- [PL 2/2025](#), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação de cargos da magistratura no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª Região e sobre a criação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.

CVT delibera sobre livre estacionamento para oficiais de justiça em diligência: está na pauta desta quarta-feira (23), às 10h30, plenário 11, da Comissão de Viação e Transportes (CVT), o [PL 3554/2023](#), que altera o Código de Trânsito Brasileiro para garantir a livre parada e estacionamento aos veículos de oficiais de justiça durante o cumprimento de ordens judiciais. O relator, deputado Nicoletti (UNIÃO/RR), apresentou parecer pela aprovação, com [substitutivo](#) que insere a medida no inciso VIII do art. 29 da Lei nº 9.503/1997 e atribui ao CONTRAN a regulamentação da sinalização dos veículos, assegurando discrição e segurança na atuação dos servidores.



TRIBUTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CFT vota realização de audiência pública para debater a adesão do Propag no estado de MG: a Comissão de finanças e tributação (CFT) se reúne nesta quarta-feira (23), às 10h, no Anexo II, Plenário 04, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [REQ 22/2025](#), que requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a adesão do Estado de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).



SENADO FEDERAL

CCJ pauta Plano de Trabalho do PLP 108/2024: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira (23), às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, e poderá votar o [Plano de Trabalho](#) do PLP 108/2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). O Plano de Trabalho apresentado pelo relator senador Eduardo Braga (MDB/AM) apresenta o ciclo de audiências públicas para debater o PLP 108/2024.



RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CDE pode deliberar requerimento de audiência pública para instituir o Dia Nacional do Associativismo: a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) se reúne nesta quarta-feira (23), às 10h, no Anexo II, Plenário 05 e pode deliberar o [REQ 13/2025 CDE](#), que solicita realização de Audiência Pública para discutir o dia 15 de julho como o Dia Nacional do Associativismo.



DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



SENADO FEDERAL

CCJ delibera sobre prioridade de tramitação no Judiciário para mulheres vítimas de violência física: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira (23), às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, e poderá votar o [PL 435/2023](#), que

altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física. O [relatório](#) do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) é pela aprovação com substitutivo.

CDH vota reserva de 30% das vagas para pessoas negras em concursos públicos no âmbito da administração pública federal: a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne nesta quarta-feira (23), às 11h, na Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [PL 1858/2021](#), que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **A matéria aguarda a publicação do relatório do senador Humberto Costa (PT/PE).**



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CSPCCO pauta porte de arma para agentes socioeducativos e oficiais de justiça: a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) se reúne nesta terça-feira (22), às 13h30, no Anexo II, Plenário 06, e poderá votar o [PL 4256/2019](#), que altera o Estatuto do Desarmamento para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos e aos oficiais de justiça. O [parecer](#) do relator, deputado Sanderson (PL/RS), é pela aprovação.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.